

## ÍNDICE

NOTA.....

PARTE I

QUESTÕES FUNDAMENTAIS

TÍTULO I

O PROBLEMA CRIMINAL-PENAL

1.º CAPÍTULO

A CIÊNCIA GLOBAL DO DIREITO PENAL

|  |    |
|--|----|
| I. O sentido fundamental actual da designação “ciência global do direito penal”..... | 11 |
| II. Política criminal, direito penal e criminologia.....                             | 13 |

2.º CAPÍTULO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL

|   |    |
|---|----|
| I. A importância da história do direito penal.....  | 16 |
| II. O direito penal na alta Idade Média ou Reconquista Cristã (sécs. VIII-XI)                                     | 18 |
| III. O direito penal na baixa Idade Média (sécs. XIII-XV) e na Idade Moderna (sécs. XV-XVIII).....                | 23 |
| IV. O direito penal na Idade Contemporânea (2.ª metade do séc. XVIII — séc. XX) e o Estado de Direito.....        | 28 |
| 1. A ideologia da Ilustração e o direito penal — o Iluminismo Criminal.....                                       | 29 |
| 2. A filosofia idealista e a Escola Clássica (1.ª metade do séc. XIX)....   | 33 |
| 3. A Escola Correccionalista e o humanitarismo penal (a partir de meados do séc. XIX).....                        | 35 |
| 4. O cientismo oitocentista e a Escola Positiva (últimas décadas do séc. XIX — primeiras décadas do séc. XX)..... | 37 |
| 5. As correntes mistas do direito penal (fins do séc. XIX — década de 70 do séc. XX).....                         | 39 |

37-Dir. Penal

## 3.º CAPÍTULO

## AS PRINCIPAIS QUESTÕES PENAIS NA ACTUALIDADE

## SECÇÃO I

A PROCURA DO EQUILÍBRIO ENTRE A GARANTIA  
DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E A NECESSIDADE  
DE DEFESA DA SOCIEDADE E DOS SEUS BENS  
JURÍDICOS PESSOAIS E COMUNITÁRIOS

## SECÇÃO II

A DEFINIÇÃO DOS BENS JURÍDICO-PENAIS  
E O CONCEITO MATERIAL DE CRIME

|   | Págs. |
|---|-------|
| 1. Recusa das concepções positivistas, jusnaturalistas, moralistas e sistémico-funcionalistas ..... | 45    |
| 2. A concepção ético-social do bem jurídico-penal, mediatizada pela Constituição democrática .....  | 47    |
| 2.1. Critério ético-social: pessoa humana, sistema social e consciência ético-social .....          | 47    |
| 2.2. Critério jurídico-constitucional do conceito material do bem jurídico-penal e do crime .....   | 49    |

## SECÇÃO III

O PROBLEMA DA RELAÇÃO ENTRE A CULPA E A PREVENÇÃO  
NA DETERMINAÇÃO (LEGAL E JUDICIAL) DA PENA.  
A ADOÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO PREVENTIVO-ÉTICA  
DO DIREITO PENAL E DA PENA

|   |    |
|---|----|
| 1. Breve referência à história da questão sobre os “fins da pena” .....   | 54 |
| 2. As teorias da “pena exacta”, do “valor de emprego” e da “margem de liberdade” .....  | 57 |
| 3. Concepção ético-retributiva, concepção ético-preventiva e concepção preventivo-ética da pena, na história recente do direito penal português ..... | 59 |
| 3.1. Da concepção ético-retributiva à concepção preventivo-ética da pena.....   | 59 |
| 3.2. O meu entendimento sobre a relação entre a culpa e a prevenção .....   | 61 |

## SECÇÃO IV

## AS MEDIDAS DE SEGURANÇA

|   | Págs. |
|---|-------|
| 1. Gênese histórica e progressiva inclusão das medidas de segurança nos Códigos Penais.....               | 69    |
| 2. O sistema monista e o sistema dualista das reacções criminais.....                                     | 70    |
| 3. A positivação do sistema dualista no Código Penal de 1982 .....  | 75    |
| 4. O fim e as funções das medidas de segurança .....  | 76    |
| 5. Medidas de segurança não privativas da liberdade aplicáveis a imputáveis?                              | 79    |
| 6. Pressupostos e duração das medidas de segurança privativas da liberdade aplicáveis a inimputáveis..... | 85    |
| 7. A semi-imputabilidade ou imputabilidade diminuída: uma lacuna do Código Penal? .....                   | 91    |
| 8. O sistema do vicariato na execução da pena e da medida de segurança privativas da liberdade .....      | 94    |

## SECÇÃO V

## O DIREITO PENITENCIÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| 1. O direito penal e o direito penitenciário .....  | 97  |
| 2. Breve referência à história do direito penitenciário: da sua concepção meramente administrativa à actual autonomia e integração normativa no âmbito da política criminal ..... | 99  |
| 3. O sentido da evolução do direito penitenciário português actual .....  | 100 |

## 4.º CAPÍTULO

A DISTINÇÃO ENTRE O DIREITO PENAL  
E OS OUTROS RAMOS DO DIREITO AFINS

## SECÇÃO I

A NATUREZA PÚBLICA DO DIREITO PENAL  
E A NATUREZA PRIVADA DO DIREITO CIVIL

|  |     |
|--|-----|
| 1. A natureza pública e autónoma do direito penal .....                      | 102 |
| 2. Distinção entre o direito penal e o direito civil .....                   | 105 |
| 3. A questão da reparação dos danos causados à vítima do facto ilícito ..... | 106 |
| 3.1. A responsabilidade civil “emergente de crime” .....                     | 107 |

|   | Págs. |
|---|-------|
| 3.2. A reparação dos danos como questão político-criminal .....   | 108   |
| 3.2.1. A reparação do dano como sanção criminal, i. é, como medida substitutiva ou redutora da pena ..... | 109   |
| 3.2.2. A natureza jurídico-civil da reparação do dano, embora com relevância jurídico-penal.....          | 112   |

## SECÇÃO II

### O DIREITO PENAL E O DIREITO DE ORDENAÇÃO SOCIAL

|   |     |
|---|-----|
| 1. Antecedente remoto do direito de ordenação social: as contravenções .....  | 118 |
| 2. Factores político-sociais e político-criminais da criação do direito de ordenação social.....  | 121 |
| 2.1. Factores político-sociais: o Estado de Direito Social .....  | 121 |
| 2.2. Factores político-criminais .....  | 123 |
| 3. Conclusão: a inevitabilidade da criação de um novo e específico ramo do direito público sancionatório: o direito de ordenação social ..... | 124 |
| 4. A autonomia do direito de ordenação social face ao direito penal.....  | 125 |
| 4.1. A autonomia material do ilícito contra-ordenacional.....   | 125 |
| 4.2. As sanções contra-ordenacionais.....   | 130 |
| 4.2.1. As finalidades .....   | 130 |
| 4.2.2. As categorias de sanções.....  | 131 |
| 4.2.2.1. A sanção principal: coima.....   | 131 |
| 4.2.2.2. As sanções acessórias.....   | 132 |
| 4.3. Competência para o julgamento.....   | 133 |
| 5. Competência legislativa .....  | 134 |
| 6. Apreciação crítica de alguns aspectos do regime jurídico geral das contra-ordenações .....   | 134 |
| 7. Direito penal comum, direitos penais especiais e direito de ordenação social   | 140 |

## SECÇÃO III

### O DIREITO PENAL E O DIREITO DISCIPLINAR PÚBLICO

|   |     |
|---|-----|
| 1. A autonomia material e a caracterização do ilícito disciplinar .....   | 145 |
| 2. As sanções disciplinares e as suas finalidades.....  | 147 |
| 3. Competência legislativa.....   | 149 |
| 4. Outras considerações avulsas sobre o direito disciplinar público e sobre eventuais conexões entre este e o direito penal ..... | 149 |

## TÍTULO II

## A LEI PENAL: CRIAÇÃO E APLICAÇÃO

## 5.º CAPÍTULO

## O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PENAL

|  | Págs. |
|--|-------|
| I. Gênese histórico-política: a passagem do Estado Absoluto ao Estado de Direito               | 152   |
| II. Fundamentos do princípio .....   | 154   |
| III. Dimensões ou exigência do princípio da legalidade .....                                   | 155   |
| 1. A exigência de lei em sentido formal — <i>nullum crimen sine lege scripta</i>               | 156   |
| 2. A exigência de determinabilidade ou tipicidade — <i>nullum crimen sine lege certa</i> ..... | 162   |
| 3. A proibição da aplicação analógica — <i>nullum crimen sine lege stricta</i>                 | 163   |

## 6.º CAPÍTULO

## A EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI PENAL

|   |     |
|---|-----|
| I. O princípio da proibição da retroactividade da lei penal desfavorável — <i>nullum crimen, nulla poena sine lege praevia</i> .....  | 170 |
| II. A determinação do <i>tempus delicti</i> .....   | 172 |
| III. A imposição da aplicação retroactiva da lei penal favorável .....  | 175 |
| IV. O princípio da aplicação da lei penal favorável .....   | 178 |
| V. Consequências do princípio da aplicação da lei mais favorável .....  | 178 |
| 1. Sucessão de leis penais em sentido amplo e em sentido estrito .....  | 178 |
| 2. A eficácia temporal da lei que converte uma conduta de contra-ordenação em crime ou, inversamente, de crime em contra-ordenação .....  | 180 |
| 3. Lei penal intermédia .....   | 184 |
| 4. Determinação da lei penal mais favorável .....   | 185 |
| 5. O caso julgado e a aplicação retroactiva da lei penal mais favorável   | 189 |
| 5.1. A história do caso julgado e da aplicação retroactiva da lei penal mais favorável .....  | 189 |
| 5.2. A situação anterior a 15 de Setembro de 2007, data da entrada em vigor da actual 2.ª parte do n.º 4 do art. 2.º do CP e do art. 371.º-A do CPP .....   | 192 |
| 5.3. A situação a partir de 15 de Setembro de 2007, data da entrada em vigor da actual 2.ª parte do n.º 4 do art. 2.º do CP e do art. 371.º-A do CPP: aplicação retroactiva da lei penal mais favorável, mesmo que já tenha transitado em julgado a sentença condenatória ..... | 195 |

|   | Págs. |
|---|-------|
| 6. Alteração dos elementos do tipo legal <i>stricto sensu</i> ..... | 196   |
| 7. Alteração das causas de justificação .....                       | 201   |
| 8. Medidas de segurança .....                                       | 203   |
| VI. Leis temporárias .....  | 204   |

## 7.º CAPÍTULO

### A EFICÁCIA ESPACIAL DA LEI PENAL

|   |     |
|---|-----|
| I. A designação “direito penal internacional” .....   | 208 |
| II. Princípios sobre o âmbito de aplicabilidade no espaço da lei penal portuguesa .....                                     | 211 |
| 1. O princípio fundamental da territorialidade .....  | 211 |
| 2. Os princípios complementares ou subsidiários .....   | 216 |
| 2.1. Princípio da protecção de interesses nacionais .....   | 218 |
| 2.2. Princípio da nacionalidade passiva e activa .....  | 220 |
| 2.3. Princípio da universalidade .....  | 222 |
| 2.4. Princípio da protecção de menores, nomeadamente contra abusos sexuais .....  | 225 |
| 2.5. Princípio da nacionalidade activa .....  | 227 |
| 2.6. Princípio da nacionalidade passiva .....   | 231 |
| 2.7. Princípio da aplicação supletiva da lei penal portuguesa a crimes cometidos por estrangeiros contra estrangeiros ..... | 232 |
| 2.8. Princípio da nacionalidade activa ou passiva da pessoa colectiva .....   | 232 |
| 2.9. Princípio da aplicação convencional da lei penal portuguesa .....  | 233 |
| 3. Restrições à aplicação da lei penal portuguesa a crimes cometidos no estrangeiro .....                                   | 233 |

## PARTE II

### TEORIA GERAL DO CRIME

#### TÍTULO I

#### INTRODUÇÃO E PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

## 8.º CAPÍTULO

### OBJECTO, MÉTODO E FUNÇÕES DA TEORIA GERAL DO CRIME

|                    |     |
|--------------------|-----|
| I. Objecto .....   | 241 |
| II. Método .....   | 241 |
| III. Funções ..... | 243 |

## 9.º CAPÍTULO

**BREVE REFERÊNCIA À HISTÓRIA  
DA EVOLUÇÃO DA TEORIA GERAL DO CRIME**

|  | Págs. |
|--|-------|
| I. A teoria geral do crime positivista-naturalista ou “clássica” ..... | 244   |
| 1. Exposição.....  | 244   |
| 2. Crítica .....   | 245   |
| II. A teoria geral do crime normativista ou “neoclássica”.....         | 246   |
| 1. Exposição.....  | 246   |
| 2. Crítica .....   | 247   |
| III. A teoria geral do crime finalista .....                           | 247   |
| 1. Exposição.....  | 247   |
| 2. Apreciação .....  | 248   |

## 10.º CAPÍTULO

**O CONCEITO NORMATIVO-SOCIAL DA ACÇÃO  
E AS SUCESSIVAS CATEGORIAS JURÍDICO-PENAIIS  
CONSTITUTIVAS DO CRIME**

|  |     |
|--|-----|
| I. O conceito normativo-social de acção .....  | 249 |
| 1. A dupla função do conceito de acção: negativa e positiva .....  | 249 |
| 2. O conceito normativo-social de acção .....  | 250 |
| II. Tipicidade, ilicitude e causas de justificação.....  | 256 |
| 1. A relação entre tipicidade e ilicitude.....   | 256 |
| 2. A complementaridade material e funcional do tipo legal (ou tipo incriminador) e das causas de justificação (ou tipos justificadores)..... | 256 |
| 3. A autonomia dogmática, político-criminal, sistemática e prático-processual da tipicidade face à ilicitude.....                            | 257 |
| 4. Desvalor de acção e desvalor de resultado.....  | 258 |
| III. A culpa jurídico-penal .....  | 260 |
| IV. Os “pressupostos adicionais da punibilidade” .....   | 262 |



TÍTULO II  
O TIPO DE ILÍCITO

11.º CAPÍTULO

A FUNÇÃO, O CONTEÚDO  
E A ESTRUTURA DO TIPO DE ILÍCITO

|  | Págs. |
|--|-------|
| I. A função de protecção do cidadão: o tipo-garantia .....   | 275   |
| II. Conteúdo: a natureza dos elementos do tipo legal.....  | 276   |
| 1. Os elementos objectivos e os subjectivos.....   | 276   |
| 2. Os elementos descritivos e os normativos.....   | 281   |
| III. Estrutura: as classificações dos tipos legais de crime.....   | 282   |
| 1. Classificações segundo o critério do autor .....  | 282   |
| 1.1. Segundo a quantidade de autores .....   | 282   |
| 1.2. Segundo a qualidade dos autores.....  | 282   |
| 1.3. Referência aos chamados “crimes de mão própria”.....  | 283   |
| 2. Classificação segundo o critério do resultado material.....   | 295   |
| 3. Classificação segundo o critério do processo causal.....  | 295   |
| 4. Classificação segundo o critério da unidade ou pluralidade de acções ilícitas.....                                      | 296   |
| 5. Classificações segundo o critério da reiteração ou repetição da acção   | 297   |
| 6. Classificações segundo o critério do bem jurídico.....  | 297   |
| 6.1. Segundo o critério da intensidade do “ataque” ao bem jurídico   | 297   |
| 6.2. Segundo o critério da duração da lesão do bem jurídico .....  | 298   |
| 6.3. Segundo o critério da natureza pessoal, ou não, dos bens jurídicos  | 299   |
| 6.4. Segundo o critério da autonomia ou dependência existente entre os tipos legais que protegem o mesmo bem jurídico..... | 299   |

12.º CAPÍTULO

A IMPUTAÇÃO DO RESULTADO À CONDUTA

|  |     |
|--|-----|
| I. A situação, a importância prática e o sentido do problema .....                           | 300 |
| II. História da evolução das teorias sobre esta questão .....                                | 301 |
| 1. A teoria da causalidade, das condições equivalentes ou <i>conditio sine qua non</i> ..... | 301 |
| 1.1. Breve exposição .....   | 301 |
| 1.2. Apreciação crítica.....   | 302 |

|   | Págs. |
|---|-------|
| 2. A teoria da causalidade adequada ou da adequação .....   | 304   |
| 2.1. Exposição.....   | 304   |
| 2.2. Apreciação crítica.....  | 305   |
| 2.3. Conclusão .....  | 308   |
| 3. A teoria da conexão do risco .....   | 309   |
| 3.1. Breve exposição .....  | 309   |
| 3.2. Conclusão .....  | 315   |
| III. Hipótese de alternativa possível à teoria da adequação: a teoria da conexão normativo-típica ..... | 315   |

### 13.º CAPÍTULO

#### DOLO DO TIPO (DA FACTUALIDADE TÍPICA)

|  |     |
|--|-----|
| I. Observações introdutórias .....   | 318 |
| 1. A importância prática da distinção entre dolo e negligência.....                  | 318 |
| 2. Os elementos subjectivos específicos e o dolo como elemento subjectivo comum..... | 318 |
| 3. A dupla dimensão ou estrutura do dolo.....  | 319 |
| II. A estrutura do dolo do tipo: o elemento intelectual e o elemento volitivo .....  | 321 |
| 1. O elemento intelectual .....  | 321 |
| 1.1. Noção e conteúdo.....   | 321 |
| 1.2. O erro sobre a factualidade típica (art. 16.º-1-1.ª parte).....                 | 322 |
| 1.2.1. Noção.....  | 322 |
| 1.2.2. Espécies de erro .....  | 322 |
| 1.2.2.1. Erro sobre o objecto ( <i>error in persona vel objecto</i> ) .....          | 322 |
| 1.2.2.2. Erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ) .....                           | 323 |
| 1.2.2.3. Erro sobre o processo causal .....  | 323 |
| 1.2.2.4. Erro sobre a adequação .....  | 324 |
| 1.2.2.5. Erro, i. é, desconhecimento da proibição legal .....                        | 325 |
| 2. O elemento volitivo .....   | 325 |
| 2.1. Espécies de dolo .....  | 325 |
| 2.2. Dolo eventual e negligência consciente.....                                     | 326 |

**TÍTULO III**  
**AS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO**

**14.º CAPÍTULO**

**DOCTRINA GERAL**

|   | Págs. |
|---|-------|
| I. A complementaridade material e funcional entre o tipo legal e as causas de justificação.....                   | 330   |
| II. A autonomia “formal” e sistemática das causas de justificação face aos tipos legais ou tipos de ilícito ..... | 332   |
| III. Tentativas de sistematização das causas de justificação .....  | 335   |
| IV. Elementos subjectivos das causas de justificação .....  | 337   |
| 1. A posição tradicional .....  | 337   |
| 2. A posição correcta .....   | 339   |
| V. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de justificação.....                                      | 341   |
| 1. Caracterização .....   | 341   |
| 2. A solução legal: art. 16.º-2.....  | 343   |
| 3. A teoria limitada da culpa .....   | 344   |

**15.º CAPÍTULO**

**A LEGÍTIMA DEFESA**

|   |     |
|---|-----|
| I. Introdução.....  | 348 |
| II. Fundamentos.....  | 354 |
| III. A situação de legítima defesa .....  | 360 |
| 1. A agressão .....   | 360 |
| 2. A ilicitude da agressão.....   | 363 |
| 3. Os bens jurídicos susceptíveis de legítima defesa.....                                     | 364 |
| 4. A actualidade da agressão .....  | 365 |
| IV. A acção de legítima defesa .....  | 367 |
| 1. A necessidade do meio .....  | 367 |
| 1.1. Considerações prévias .....  | 367 |
| 1.2. Caracterização da necessidade do meio de defesa .....                                    | 371 |
| 1.3. A utilização de instrumentos alheios como meio necessário para a acção de defesa .....   | 372 |
| 1.4. A legítima defesa alheia e a questão da oposição do agredido ao auxílio necessário ..... | 374 |

|   | Págs. |
|---|-------|
| V. Subsidiariedade da legítima defesa privada, Dec.-Lei n.º 457/99 e proporcionalidade dos bens.....                | 377   |
| 1. A questão da subsidiariedade da acção de legítima defesa privada face à defesa pelas autoridades policiais ..... | 377   |
| 2. O Dec.-Lei n.º 457/99 e o princípio da “proporcionalidade qualitativa” dos bens.....                             | 382   |
| VI. A Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro: negação do direito de legítima defesa                                     | 397   |
| VII. O elemento subjectivo: o conhecimento da situação de legítima defesa .....                                     | 398   |

## 16.º CAPÍTULO

### O DIREITO DE NECESSIDADE

|  |     |
|--|-----|
| I. Fundamento e considerações gerais .....   | 400 |
| II. Elementos da situação de necessidade.....  | 408 |
| 1. Os bens ou interesses jurídicos .....   | 408 |
| 2. A actualidade do perigo.....  | 409 |
| 3. A adequação da acção .....  | 410 |
| 4. O auxílio necessário ou direito de necessidade alheia.....  | 410 |
| III. Os pressupostos do direito de necessidade.....  | 412 |
| 1. A “sensível superioridade do interesse a salvaguardar”.....   | 412 |
| 2. A não “provocação” da situação de perigo .....  | 414 |
| 3. A razoabilidade ético-jurídica do sacrifício do bem jurídico de terceiro                                    | 417 |
| IV. O elemento subjectivo: o conhecimento da situação objectiva fundamentadora do direito de necessidade ..... | 419 |
| V. O direito de necessidade no Código Civil, art. 339.º.....   | 420 |

## 17.º CAPÍTULO

### O CONFLITO DE DEVERES

|   |     |
|---|-----|
| I. Caracterização do conflito de deveres .....  | 423 |
| II. A especificidade e autonomia do conflito de deveres face ao direito de necessidade..... | 427 |
| III. Critérios da ponderação ou hierarquização dos deveres .....                            | 429 |

## 18.º CAPÍTULO

### A OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA

|  |     |
|--|-----|
| I. Situação do problema .....                  | 432 |
| II. Pressupostos da legitimidade da ordem..... | 433 |

|  | Págs. |
|--|-------|
| III. Questões e sua resolução.....   | 434   |
| 1. Ordem formal e materialmente legítima.....  | 434   |
| 2. Ordem formalmente ilegítima.....  | 435   |
| 3. Ordem formalmente legítima mas materialmente ilícita.....   | 436   |
| 3.1. Ordem formalmente legítima mas cuja execução se traduz na prática de um facto ilícito não criminal..... | 437   |
| 3.2. Ordem formalmente legítima e cuja execução implica a prática de um ilícito criminal.....                | 439   |

## 19.º CAPÍTULO

### O CONSENTIMENTO

|  |     |
|--|-----|
| I. Introdução: o consentimento como causa de atipicidade, como causa de exclusão da ilicitude e como causa de diminuição do ilícito..... | 443 |
| II. Fundamento da eficácia excludente da ilicitude.....  | 449 |
| III. Pressupostos da exclusão da ilicitude.....  | 450 |
| 1. A disponibilidade do bem jurídico.....  | 450 |
| 2. Liberdade do consentimento.....   | 453 |
| 3. Forma do consentimento.....   | 455 |
| 4. Revogabilidade do consentimento.....  | 455 |
| 5. O elemento subjectivo: o conhecimento do consentimento.....   | 455 |
| IV. O consentimento presumido.....   | 455 |

## TÍTULO IV

### A CULPA E AS CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPA

## 20.º CAPÍTULO

### A CULPA JURÍDICO-PENAL COMO PROBLEMA

|  |     |
|--|-----|
| I. Breves reflexões introdutórias.....   | 457 |
| II. Referência à história da relação entre a culpa e a pena.....                                 | 458 |
| III. A culpa da vontade referida ao facto.....   | 459 |
| IV. A culpa da vontade referida à personalidade.....   | 461 |
| V. A culpa e a necessidade de prevenção como componentes da categoria da “responsabilidade”..... | 462 |

|  | Págs. |
|--|-------|
| VI. A culpa da personalidade .....                 | 465   |
| 1. A definição material.....                       | 465   |
| 2. As espécies de culpa.....                       | 466   |
| 3. As aplicações da “culpa da personalidade” ..... | 466   |

## 21.º CAPÍTULO

### A IMPUTABILIDADE JURÍDICO-PENAL

|   |     |
|---|-----|
| I. A imputabilidade como pressuposto psicológico-normativo do juízo de culpa  | 468 |
| II. A inimputabilidade por anomalia psíquica como obstáculo à comprovação e ao juízo de culpa.....  | 468 |
| III. Consequências desta concepção da inimputabilidade por anomalia psíquica como impossibilidade de compreensão da personalidade do agente do tipo de ilícito..... | 469 |
| IV. As categorias de inimputabilidade segundo o Código Penal.....   | 470 |
| V. A imputabilidade diminuída .....   | 472 |
| VI. A responsabilidade penal dos chamados “jovens-adultos” .....  | 472 |
| VII. A inimputabilidade transitória autoprovocada .....   | 476 |

## 22.º CAPÍTULO

### O ERRO SOBRE A ILICITUDE

|   |     |
|---|-----|
| I. A questão.....   | 480 |
| II. As respostas dadas pelas diferentes teorias .....                   | 481 |
| 1. Teorias do dolo .....  | 481 |
| 2. Teorias da culpa.....  | 483 |
| III. A nossa posição .....  | 485 |
| IV. A solução adoptada pelo Código Penal, art. 17.º e art. 16.º-2 ..... | 486 |
| V. Espécies de erro sobre a ilicitude .....                             | 488 |

## 23.º CAPÍTULO

### AS CAUSAS DE DESCULPAÇÃO

|  |     |
|--|-----|
| I. Considerações gerais.....                           | 489 |
| 1. Causas de desculpação e causas de justificação..... | 489 |

|  | Págs. |
|--|-------|
| 2. A conexão teleológico-material entre as causas de desculpação e o conceito de culpa .....   | 489   |
| 3. A associação sistemática das causas de desculpação e das causas de justificação.....  | 491   |
| 4. Crítica da tradicional designação “não exigibilidade”.....  | 492   |
| 5. Aplicação analógica das causas de desculpação.....  | 493   |
| 6. O erro sobre as causas de desculpação.....  | 494   |
| 6.1. O erro sobre os pressupostos de uma causa de desculpação.....   | 494   |
| 6.2. O desconhecimento dos pressupostos da causa de desculpação .....  | 495   |
| 6.3. O erro sobre a desculpação .....  | 496   |
| 6.4. O desconhecimento da desculpação.....   | 497   |
| II As singulares causas gerais de desculpação .....  | 497   |
| 1. O excesso de legítima defesa astênico não censurável.....   | 497   |
| 1.1. Caracterização do excesso de legítima defesa.....   | 497   |
| 1.2. O excesso (intensivo) de legítima defesa e o excesso extensivo de legítima defesa .....   | 498   |
| 1.3. Excesso de legítima defesa, redução do ilícito e atenuação especial da pena .....   | 501   |
| 1.4. As espécies de excesso de legítima defesa.....  | 503   |
| 1.5. Razão da diferente valoração jurídico-penal das duas espécies de excesso.....   | 503   |
| 1.6. A censurabilidade ou incensurabilidade do excesso astênico....  | 505   |
| 1.7. O excesso de legítima defesa putativa.....  | 508   |
| 2. O estado de necessidade desculpante .....   | 511   |
| 2.1. Considerações preliminares .....  | 511   |
| 2.2. Pressupostos comuns ao direito de necessidade e ao estado de necessidade desculpante.....   | 512   |
| 2.3. Pressupostos específicos do estado de necessidade desculpante .....   | 513   |
| 2.4. A negação da desculpação dos agentes que têm o dever jurídico especial de suportar o perigo (“exigibilidade intensificada”) e das pessoas que, pelo menos negligentemente, se colocaram na situação de perigo ..... | 516   |
| 3. O conflito de deveres desculpante .....   | 617   |
| 4. A obediência indevida desculpante .....   | 521   |

## TÍTULO V

OS CRIMES NEGLIGENTES  
E OS CRIMES AGRAVADOS PELO RESULTADO

## 24.º CAPÍTULO

## OS CRIMES NEGLIGENTES

|  | Págs. |
|--|-------|
| I. Considerações preliminares .....  | 523   |
| II. A dupla dimensão do crime negligente .....   | 524   |
| III. Análise da estrutura do tipo de ilícito negligente .....  | 525   |
| 1. A violação do dever objectivo de cuidado .....  | 525   |
| 2. A imputação objectiva do resultado típico (“desvalor de resultado”) à acção violadora do dever objectivo de cuidado (“desvalor de acção”) ..... | 528   |
| 3. A autonomia do tipo de ilícito negligente .....   | 529   |
| IV. A culpa negligente .....   | 530   |
| 1. Noção .....   | 530   |
| 2. Pressupostos da culpa negligente .....  | 531   |
| V. Espécies de negligência .....   | 533   |
| 1. Negligência consciente e negligência inconsciente .....   | 533   |
| 2. Negligência inconsciente, negligência consciente e dolo eventual.....   | 533   |
| VI. Os graus da culpa negligente .....   | 534   |

## 25.º CAPÍTULO

CRIMES PRETERINTENCIONAIS  
E CRIMES AGRAVADOS PELO RESULTADO

|   |     |
|---|-----|
| I. Noção geral .....  | 538 |
| II. A questão fundamental .....   | 538 |
| III. A evolução histórica da responsabilidade penal pelo resultado: breves considerações..... | 539 |
| IV. O crime preterintencional .....   | 540 |
| V. Os crimes qualificados pelo resultado: o sentido e o âmbito normativo do art. 18.º .....   | 545 |



## TÍTULO VI

## OS CRIMES DE OMISSÃO

## 26.º CAPÍTULO

A RELEVÂNCIA JURÍDICO-PENAL DA OMISSÃO  
E OS CRIMES DE OMISSÃO PRÓPRIA

|  | Págs. |
|--|-------|
| I. A relevância jurídico-penal da omissão .....          | 549   |
| II. A capacidade individual de praticar a acção .....    | 551   |
| III. Crimes de omissão própria ou crimes omissivos ..... | 553   |
| 1. Noção .....   | 553   |
| 2. Pressupostos .....                                    | 553   |

## 27.º CAPÍTULO

## OS CRIMES COMISSIVOS POR OMISSÃO

|  |     |
|--|-----|
| I. Consideração preliminar .....   | 555 |
| II. A doutrina tradicional .....   | 555 |
| 1. Breve exposição .....   | 555 |
| 2. Crítica .....   | 556 |
| III. A posição adoptada pelo Código Penal de 1982 .....                                | 557 |
| 1. O art. 10.º-1: o princípio da equiparação geral da omissão à acção...               | 557 |
| 2. O art. 10.º-2: o critério do dever jurídico pessoal de garante .....                | 558 |
| 3. O dever jurídico pessoal de garante na doutrina portuguesa .....                    | 559 |
| 4. Posição defendida .....   | 560 |
| 4.1. Situações em que não existe o dever jurídico pessoal de garante .....             | 560 |
| 4.2. Situações em que há o dever jurídico pessoal de garante .....                     | 562 |
| 4.2.1. A lei, o contrato e a ingerência como fontes do dever jurídico de garante ..... | 562 |
| 4.2.2. As situações de domínio sobre as causas do perigo .....                         | 565 |
| 4.2.3. As relações de autoridade sobre pessoas de que provém o perigo .....            | 567 |

---

|  | Págs. |
|--|-------|
| 4.3. A criação de uma situação de perigo por causa do exercício de uma causa de justificação ..... | 567   |
| 4.3.1. Situações de dever jurídico de garante .....  | 568   |
| 4.3.2. Situações em que não há dever jurídico de garante.....                                      | 569   |
| IV. A omissão nos crimes de execução vinculada e nos “crimes de mão própria” .....                 | 570   |
| V. A imputação do resultado à omissão da acção .....   | 570   |
| VI. O erro nos crimes comissivos por omissão .....   | 571   |
| VII. A graduação da gravidade do ilícito e da culpa nos crimes comissivos por omissão .....        | 572   |